

As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*

Dora Isabel Paiva da Costa**

O objetivo do artigo é examinar o fenômeno chefia feminina de domicílios. O autor introduz uma metodologia que aborda os arranjos domésticos à luz do ciclo de desenvolvimento da família e alguns dados comparativos com outras localidades. Observa-se que estas famílias vivenciaram estratégias específicas de sobrevivência quando houve mudanças na organização produtiva da sociedade e nas fases do ciclo de família. Tal especificidade contrastou os arranjos chefiados por homens e mulheres.

O objetivo deste artigo é demonstrar que as mulheres que chefiavam domicílios no começo do século XIX em Campinas (SP) vivenciaram estratégias específicas de sobrevivência em relação ao seu *status* étnico, à prole remanescente no lar, e à composição geral dos arranjos domésticos. Tais especificidades contrastavam com os arranjos de outras famílias que experimentavam a fase monoparental mas que, por sua vez, eram chefiadas por homens. Estas últimas tinham um comportamento semelhante ao das famílias que passavam pela fase biparental.

Busca-se, então, a partir da segmentação das fases de desenvolvimento familiar, analisar os comportamentos de convivência em relação às estratégias dos arranjos domésticos a partir de dois momentos, isto é, o biparental e o monoparental.¹ E, finalmente, integrar a noção de chefia feminina de domicílios ao conceito relativo às fases do desenvolvimento

familiar. Este último objetivo deve-se ao fato de que as análises até então operadas têm enfatizado uma visão estática, em que o domicílio não é pensado de forma mais dinâmica.

Este artigo está dividido em cinco seções. A primeira trata de como as noções de *família* e *domicílio* apareceram em algumas obras internacionais importantes sobre o tema família. Em seguida, mostra-se como essas noções se difundiram em trabalhos sobre o tema no Brasil, demonstrando grande relevância e influência acadêmicas.

Na segunda seção examina-se em que medida o *status* étnico e matrimonial influenciou a constituição do ciclo de família. Na terceira observa-se a presença da prole na constituição do referido ciclo. A quarta trata de como tais ciclos se desenvolveram à luz da presença de agregados, escravos, e da exposição dos domicílios aos diversos setores econômicos. A quinta seção tenta avançar algumas explicações sobre a origem e

* Este artigo constitui parte de minha tese de doutoramento, intitulada *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850*, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, em 1997. Uma versão anterior foi apresentada no GT População e História, no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1998.

** Professora do Departamento de Economia da Unesp, campus de Araraquara.

¹ Veja o conceito de ciclo de desenvolvimento familiar em relação às fases pré-parental, biparental, monoparental e pós-parental em Legaré & Landry (1987).

a natureza do fenômeno. A conclusão do artigo trata, enfim, do surgimento do fenômeno a partir de um caso concreto, enfocando a região de Campinas na primeira metade do século XIX. No anexo são apresentadas algumas tabelas referentes aos Gráficos 2, 3 e 4, para que o leitor tenha idéia da dimensão da população envolvida.

Mulheres chefes de domicílios: a trajetória do problema

O objetivo desta seção é apresentar alguns autores internacionais e nacionais que se utilizaram dos conceitos de *família* e *domicílio* e demonstrar como estes eram intercambiáveis. Em seguida, mostrar-se-á que tais conceitos foram utilizados de forma moralista, ideológica e até autoritária por alguns pensadores brasileiros, ao identificarem as formas de famílias dos segmentos mais modestos como anômicas.²

Os conceitos de *família* e de *domicílio* apresentavam uma forte identidade nas sociedades européias do passado, tendo sido estes dois termos intercambiáveis. No trecho que segue pode-se observar como o conceito de *família* estava vinculado a uma idéia de estrutura e organização, e que as outras formas mais simplificadas de família tendiam a ser vistas como anômicas.

O *Universal Lexicon* de 1735 definiu a família como “diversas pessoas sujeitas ao poder e à autoridade do chefe do domicílio seja por natureza ou por lei”. Um folclorista escrevendo sobre Waldviertel, na Áustria, notou que os empregados eram incluídos como parte da família. Um inglês escreveu em 1660 em seu diário que tinha morado em Axe Yard, tendo “a sua mulher e a criada Jane, e não havia mais na família que os

três”. Jean Louis Flandrin, pesquisando dicionários franceses e ingleses dos séculos XVI e XVIII, mostrou que o conceito de família estava muito próximo ao de co-residência e parentesco, e evocava duas imagens: um conjunto de parentes que não residiam juntos, e um conjunto de co-residentes que não estavam necessariamente ligados por laços de sangue ou de casamento.

Philippe Ariès, ao estudar a família e a infância, definiu a primeira como abrangendo a unidade conjugal, a prole, empregados, amigos e “*protegés*”. Em Portugal do século XVIII, a família definia-se como as pessoas de que se compõe uma casa, ou seja, os pais, os filhos e os domésticos. Suzanne Chantal sustenta que essa definição era comum. Antonil incluía na família do senhor de engenho tanto os filhos como os escravos. O ouvidor Durão, ao escrever sobre o Piauí colonial, afirmou que, “além dos senhores ou seus feitores, vaqueiros, escravos e mais pessoas habitavam a fazenda de gado, como uma só família”.³

Como visto acima, a noção de família como estrutura extensa e complexa não tem raízes apenas aqui no Brasil. Reformadores sociais e estudiosos europeus dos meados do século XIX, preocupados com a degradação dos costumes no período de industrialização na Europa, pesquisaram as mudanças dos costumes em relação às famílias. Tendiam a acreditar que a integridade da sociedade e da nação dependia da estabilidade da família, da autoridade dos chefes de família, da lealdade e obediência dos dependentes.⁴

De modo análogo, aqui no Brasil apareceram vertentes que se utilizaram desta noção de família muito mais como um arquétipo, imbuído de grande valor ideológico.⁵

² Cf. Correa (1994, pp. 15-42) e Samara (1987, pp. 25-36).

³ Cf. o texto ainda inédito de José Luís de Freitas (s/d., pp. 2-5). Veja o sentido destas palavras em língua alemã em *Grosses Vollständiges Universal Lexicon*, apud Berkner (1972, pp. 398-418). Para o caso francês veja Flandrin (1984, pp. 10-17) e Ariès (1981, pp. 210-211 e 257-271). Para o caso português veja Bluteau (s/d., p. 28) e Chantal (s/d.). Para o caso brasileiro veja Antonil (1967, p. 142), e sobre os escritos do ouvidor Durão, no Piauí colonial, veja Mott (1978, p. 1.203). Todas estas citações estão no artigo de José Luís de Freitas (s/d.) e foram por nós cotejadas.

⁴ Cf. as referências feitas a Frédéric Le Play na obra *Les ouvriers européens et l'organisation de la famille selon le vrai modèle signalé par l'histoire de toutes les races et tous les temps*, apud Laslett (1984, pp. 16-17).

⁵ Alguns trabalhos fizeram críticas à ênfase dos estudos de família no modelo patriarcal. Correa (1994, pp. 15-42) vê um grau maior de complexidade dos modelos de família. Samara (1983 e 1987, pp. 25-36) também enfatiza a diversidade de modelos, bem como a demasiada ênfase da autoridade marital.

Holanda (1982, p. 49) refletiu sobre o conceito de *família* a partir de noções do direito canônico e derivou seu substrato de uma abordagem etimológica, projetando a noção de *famulus* à idéia moderna de família. Muito embora Freyre (1975) tenha reconhecido outras formas de famílias parapatriarcais, semipatriarcais e antipatriarcais, seu objeto de pesquisa foi o espaço socioeconômico de Pernambuco colonial. Ele entendia “a grande família” como a família extensa constituída do casal, da prole, dos parentes, dos agregados e escravos. A família assim organizada teria proporcionado condições essenciais para a organização da sociedade brasileira.

Seguindo esta linha de raciocínio, Mello e Souza (1951), ao estudar as fazendas de café da região paulista, também via as famílias dos caipiras como parte da família patriarcal, por relações de clientelismo, caracterizando-as de forma anômica, sem identidade própria.

Samara (1987, p. 30), ao criticar a imprecisão do conceito de família, concluiu que “[...] confundiram-se aí vários conceitos: o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal, e mesmo o de família patriarcal, que passou a ser usado como sinônimo de família extensa. Nesta perspectiva, passam a ter um significado comum.”

Analisando a complexidade da sociedade brasileira, Correa (1994, p. 24) enfatizou “o contraste entre essa sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho e da fazenda [de café].”

A partir da década de 70, e especialmente da década de 80, muitos estudos de historiadores têm abordado a família no Brasil e na América Latina como um todo e refutado aspectos do modelo patriarcal de Freyre, focalizando tanto as famílias de elite quanto as famílias mais pobres (Samara & Costa, 1997, pp. 212-225). É neste contexto que a questão da chefia feminina de domicílios ganhou relevo na área temática de estudos sobre a família.

Alguns historiadores que se utilizaram da metodologia da história demográfica foram pioneiros em identificar e analisar

diferentes organizações de famílias de diversas regiões brasileiras (Marcílio, 1974; Ramos, 1975; Costa, 1977; Kuznesof, 1980; Silva Dias, 1984; Samara, 1989). Uma pesquisa mais recente, empregando metodologia mais sofisticada, sugeriu que o fator ocupação tenha sido mais relevante que o fator raça para determinar a existência de chefias de mulheres (Diaz & Stewart, 1991).

Em outras pesquisas, tentou-se fazer comparações entre Portugal e Brasil (Ramos, 1993; Brettell & Metcalf, 1993). As áreas urbanas e rurais de Minas Gerais e São Paulo, a área rural canavieira da Bahia, assim como as regiões noroeste (Minho) e nordeste (Lanhese) de Portugal foram objeto de quantificação e análise nas referidas pesquisas.

Contudo, a chamada “zona nova do café” – Campinas – ainda não foi pesquisada, muito embora existam dados disponíveis para serem comparados sistematicamente. A região constituiu-se em um *locus* privilegiado de investigação, uma vez que em um estudo anterior (Eisenberg, 1989) observou-se uma mudança estrutural nesta área, que se transformava em uma região agroexportadora

Por volta do ano de 1829, a região de Campinas era uma região agrária e escravista que sustentava sua economia a partir de grandes unidades agroexportadoras de cana-de-açúcar e de pequenas unidades agrícolas que produziam arroz, milho e feijão. Entre 1767 e 1829, a quantidade de fogos existentes na região passou de 39 para 939. De 1779 a 1829 a população livre passou de 186 para 4.220 indivíduos, e a escrava, de 104 para 4.323 indivíduos (Eisenberg, 1989, pp. 343-367).

Ao analisar a distribuição ocupacional da totalidade dos chefes de fogos desta região no ano de 1829, Eisenberg observou que o setor primário diminuiria em quase 50% a sua importância relativamente ao ano de 1809, apesar de responder ainda pela maioria dos chefes de fogos no setor, e que a importância dos setores secundário e terciário crescera muito: “As proporções da população campineira sustentada pelos setores secundário e terciário, não-produtores de açúcar, respectivamente dobraram

e triplicaram. Juntos, estes setores em 1829 incluíam o mesmo número de pessoas que em 1809 viviam da lavoura de alimentos.” (Eisenberg, 1989, pp. 343-367).

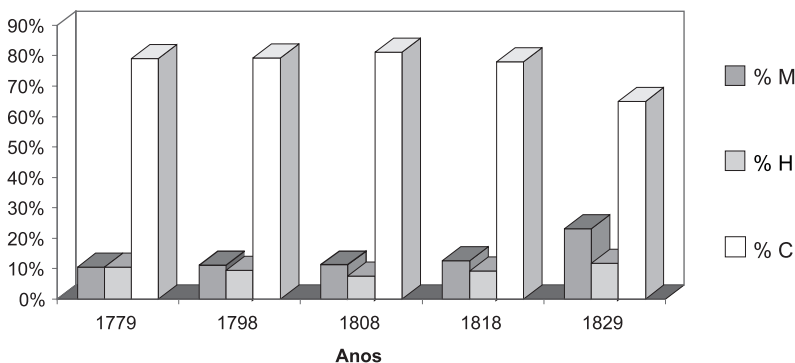
A partir do Gráfico 1, abaixo, veja como evoluiu a participação proporcional dos titulares das unidades domésticas na região de Campinas, segmentadas em arranjos mono e biparentais. Em seguida, dividimos os arranjos monoparentais em chefiados por homens e mulheres.

A partir do ano de 1829, o número de mulheres chefiando unidades domiciliares na região atingiu quase um quarto do total de domicílios, sendo que em 1779 apenas 10,4% destes eram chefiadas por elas. Em 1798 e em 1808 esta ocorrência ficou em torno dos 11%. A partir do ano de 1818 este índice subiu para 12,7%, e em 1829 duplicou para 23%, associado a uma situação de recuo da participação relativa

de casais na chefia de domicílios para 65,1% do total.⁶

O incremento do número de fogos chefiados por mulheres na região de Campinas se deu através de um conjunto de efeitos de fenômenos combinados. A expansão extensiva da produção agrícola do setor primário, associada à concentração de riqueza, levou à instalação de grandes unidades do tipo *plantation*, as quais concentravam 78% da população cativa. A atração exercida por essas unidades agrícolas abriu espaço para a imigração de pessoas vinculadas a domicílios voltados para os setores secundário e terciário.⁷ E como corolário desses fenômenos coadjuvantes, houve um processo de diversificação da estrutura social e ocupacional, o qual resultou no aparecimento de mulheres chefes de famílias. Esta hipótese será demonstrada a partir das evidências examinadas a seguir.

GRÁFICO 1
Proporção de domicílios chefiados por mulheres, homens e casais



Legenda: M=mulheres; H=homens; C=casais.

Fonte: Lista de Habitantes de Campinas, Fundo Peter Eisenberg, Arquivo E. Leuenroth/Unicamp.

⁶ Em estudo pioneiro, Marcílio (1974, p. 22) identificou uma baixa razão de masculinidade na cidade de São Paulo nos diversos grupos etários, com exceção dos grupos infantil e idoso, nos anos de 1765, 1798 e 1836. A autora destacou a “extrema mobilidade” e a “busca por enriquecimento mais rápido” como fatores explicativos para tal ocorrência. Para uma discussão atual sobre arranjos de famílias e chefia feminina no Brasil urbano e rural do século XX, veja Goldani (1993, pp. 67-110). Segundo esta autora, a chefia feminina “dobrou nas últimas três décadas, passando de 10,7% em 1960 para 20,0% em 1989” (p. 81). Mais adiante Goldani afirma: “Como um fenômeno crescentemente urbano, as mulheres chefes de famílias têm sua representatividade aumentada em 18% no total do país e em 33% nas áreas metropolitanas no período 1978-87. As diferenças regionais mostram que são nas áreas metropolitanas da região mais pobre do país, o Nordeste, onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família.” (p. 83). Para o caso do México no mesmo período, porém tratando-se de mulheres de elite, veja Arrom (1985).

⁷ Sobre a evolução da posse de escravos em Campinas ver Costa (1997, pp. 60-84). Segundo Costa (1997, p. 72), 10% da totalidade dos fogos detiveram 78% da população escrava.

Etnia e estado matrimonial

Nas próximas tabelas observar-se-á em que medida as variáveis etnia e estado matrimonial influenciaram as fases do ciclo de constituição de família. O grupo de mulheres chefes foi segmentado em brancas, pardas e negras, e também por fases do ciclo referido. Este último recorte foi definido pelas situações biparental, quando constituídas de mulheres casadas com maridos ausentes, e monoparental, quando constituídas de solteiras e viúvas.

A população de Campinas, neste período, estava segmentada por indivíduos designados como *brancos*, *pardos* e *negros*. As Listas de Habitantes são a fonte principal para essa classificação. Os recenseadores invariavelmente denominavam como *negros* a grande maioria dos escravos; a população liberta de cor e uma pequeníssima minoria cativa eram designados como *pardos*; a denominação *brancos* era reservada à população livre.

A Tabela 1 mostra a participação proporcional das mulheres que chefiavam unidades domésticas, classificadas por *status marital*. Este recorte permite observar e acompanhar o desenvolvimento do ciclo das famílias em relação a este grupo de mulheres. O maior número de famílias monoparentais em que as mulheres chefiavam seus lares se compunha de viúvas (59%) – contrastando fortemente com as características das vilas de São Paulo e Vila Rica. Em segundo lugar apareceram as solteiras, as quais se apresentaram num ciclo inicial

de formação de famílias, cuja proporção foi de 30%. Por último vieram as casadas com marido ausente (11%). Ver-se-á, em tabelas posteriores, que estas inferências são consistentes com as médias de idade destas mulheres.

Dias (1984, p. 40) observou, em relação à cidade de São Paulo, a existência, em média, de 50,6% de mulheres solteiras, 38,5% de viúvas e 10,7% de casadas. No que se refere à Vila Rica colonial, Ramos (1975, p. 207) chamou a atenção para a alarmante cifra de 83% de mulheres que possuíam o *status* de solteira; 14% eram viúvas e 2,7 % eram casadas. Que conclusões parciais podemos extrair destes contrastes? Analisando-se do ponto de vista do ciclo de desenvolvimento familiar, observar-se-á que parte considerável das famílias de Vila Rica e São Paulo possuíam uma formação de estrutura familiar que obedecia a uma seqüência diferenciada de fases. Uma grande proporção de mulheres constituía família ainda na ausência da legalidade matrimonial e depois, provavelmente, buscava o reconhecimento da Igreja.⁸

Campinas apresentou traços que demonstram um maior grau de acesso à nupcialidade, enquanto Vila Rica e São Paulo apresentaram uma estrutura de população e de ciclo de desenvolvimento de famílias que percorriam uma trajetória e formação de arranjos domésticos mais diversificados. Campinas mostrou uma estrutura semelhante à das populações das sociedades tradicionais da Europa moderna e pré-industrial, onde o segmento de

TABELA 1
Participação das mulheres chefes de domicílios por *status marital*

Casadas		Solteiras		Viúvas		Todas	
(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)	(N) Total	(%)
23	11	64	30	125	59	212	100

N = número de domicílios; % = participação proporcional dos domicílios.

Fonte: Listas de Habitantes, Campinas, 1829. As Listas de Habitantes de Campinas estão microfilmadas no Fundo P. Eisenberg, Arquivo E. Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

⁸ Para uma visão abrangente sobre a idéia de formação de casal na Europa moderna veja Burguière (1987, pp. 39-53). Veja também os estudos sobre idade ao casar de Bassanezi (1994). Sobre uniões informais, ver Lopes (1995), Villalta (1993), Londono (1992), Venâncio (1988) e Zenha (s/d., pp. 125-141). Sobre a importância dos casamentos no Brasil colonial, ver Faria (1994, pp. 366-394). Veja também Campos (1986), Samara (s/d., pp. 17-25) e Nizza da Silva (1984). Para casamentos de escravos veja Eliane Goldschmidt (1987).

viuvez vinha em primeiro lugar em relação ao grupo de mulheres que chefiavam domicílios, e também diferente, na medida em que apresentou um segmento nada desprezível de 30% de solteiras liderando seus lares.

Para melhor entender quem eram estas mulheres, quantas eram, se tinham filhos ou não, deve-se levantar a seguinte questão: qual era a conduta coletiva destas mulheres quando observadas a partir de agrupamentos étnicos?

Ao introduzirmos a variável etnia o quadro começa a ficar mais claro. Surpreende, à primeira vista, a proporção de mulheres brancas que se tornaram chefes de domicílios (73%), seguidas das mulheres pardas (27%). As negras não apareceram nenhuma vez.

Samara (1989, p. 38) observou, em relação à cidade de São Paulo, que 65% dos domicílios da área urbana eram constituídos por uma população branca, 28% por mulatos, 6% por pretos e 1% por índios. Ainda em relação a São Paulo, Dias (1984, p. 131) apontou que 58% das mulheres chefes de fogos eram brancas, 32% eram pardas e 7% eram negras. Em seu estudo sobre a Vila Rica colonial, Ramos (1975, pp. 219-220) mostrou a existência de 50% de mulatas e crioulas chefiando fogos, seguidas pelas pretas (11%) e, por último, pelas brancas (7,5%). Diaz & Stewart (1991, p. 305), por sua vez, notaram a presença de 46% de negras dentre as mulheres que chefiavam domicílios, seguidas pelas mulatas (30%) e pelas brancas (21%), para uma região plantadora de cana na Bahia colonial.

Quem seriam estas mulheres brancas e pardas que chefiavam domicílios numa área tão fortemente rural e inóspita como

Campinas neste período? As campineiras demonstraram a mesma tendência comportamental em relação à questão étnica observada na cidade de São Paulo: eram as brancas que lideravam a chefia de fogos. Contudo, as populações mineiras e baianas demonstraram uma participação bem maior das mulheres negras, crioulas e mulatas nesta posição (Diaz & Stewart, 1991; Ramos, 1975).

Qual seria a participação dos filhos remanescentes por domicílio em relação ao *status* matrimonial das titulares? Haveria uma diferenciação significativa entre as mulheres casadas e não casadas no tocante à permanência da prole no lar?

Estratégias de arranjos domésticos

Nas tabelas seguintes examinar-se-á como este grupo de mulheres organizava seus lares a partir da convivência filial.

A Tabela 3 fornece algumas indicações. O índice de filhos remanescentes entre mulheres casadas e solteiras foi o mesmo: 1,7, em média, por domicílio. O que se pode inferir desses dados? O estado matrimonial não se constituiu numa variável diferenciadora que denunciasses divergências marcantes. A atitude das casadas e solteiras ao formar arranjos domésticos mostrou ser semelhante no que diz respeito à convivência com os filhos, se pensamos tais aspectos conjugados ao ciclo de constituição familiar. Ramos (1990, pp. 389-390) demonstrou que as mulheres mineiras casadas tinham, em média, pelo menos um filho a mais que as solteiras.

O grupo das viúvas demonstrou uma presença média maior de filhos por domicílio, 2,7. Este incremento deve-se

TABELA 2
Participação das mulheres chefes de domicílios por status étnico

Brancas		Pardas		Negras		Todas	
(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)	(N) Total	(%)
153	73	56	27	0	0	209	100

N = números de domicílios; % = participação proporcional dos domicílios.

N Total = número total de domicílios. Às vezes varia um pouco de tabela para tabela em razão do expurgo feito por nós, motivado pela ausência de informações.

Fonte: Listas de Habitantes, Campinas, 1829.

TABELA 3
Quantidade média de filhos* remanescentes entre as mulheres chefes de domicílio por status marital

Casadas (N= 23)	Solteiras (N= 64)	Viúvas (N= 125)	Mulheres pelo menos uma vez casadas (N=148)
1,7	1,7	2,7	2,2

N = número de domicílios.

* Filhos aqui tem um sentido genérico (filhos e filhas).

Fontes: Listas de Habitantes, Campinas, 1829.

TABELA 4
Quantidade média de filhos* remanescentes entre as mulheres chefes de domicílios por status étnico

Branças (N=155)	Pardas (N=56)
2,2	1,8

N= número de domicílios.

* Filhos aqui tem um sentido genérico (filhos e filhas).

Fonte: Listas de Habitantes, Campinas, 1829.

sobretudo à variável idade, ou melhor, à base temporal de dados, pois envolve um período reprodutivo maior dessas mulheres. Se segmentarmos esta amostra a partir da noção “mulheres pelo menos uma vez casadas”, teremos uma média menor, de 2,2 filhos por fogo. Este número representa a soma da quantidade média de filhos num subgrupo maior – o das casadas e viúvas. Isto significa que a base temporal de análise efetivamente traduziu um impacto no ciclo de vida das famílias das lavradoras, costureiras e artesãs.⁹

Quando se associa a variável etnia com a quantidade média de filhos remanescentes por domicílio (Tabela 4), observa-se que as brancas detiveram uma média superior à das pardas. O que justificaria este comportamento coletivo? Seria uma taxa de mortalidade maior em relação aos filhos das pardas, em razão de um maior grau de pobreza presente neste grupo étnico? Refletiria uma saída precoce do lar de efetivos filiais para desenvolver tarefas remuneradas que ajudariam na sustentação do domicílio matrifocal? Postergariam as pardas seus matrimônios e/ou uniões consensuais, o que resultaria numa redução do número de nascimentos? Ou teriam tido filhos ainda enquanto cativas, e, portanto, parte de sua

prole estaria ainda vivenciando um estado de escravidão?

Ao introduzirmos a variável idade média das mulheres entre aquelas que declararam filhos, por grupo étnico, e calcularmos a média das idades das casadas, solteiras e viúvas (Tabela 5), observamos que a idade das brancas é ligeiramente superior à das pardas, sem representar, contudo, uma substancial diferença. Se ocorresse o contrário, isto é, se a idade média das pardas fosse significativamente superior à das brancas, este hipotético comportamento poderia explicar a diferença na quantidade média de filhos ligeiramente inferior das pardas. Contudo, não é o caso das mulheres da região de Campinas. Quando confrontados o estado matrimonial e a etnia, observa-se que as mulheres brancas postergaram o matrimônio em relação às pardas. Entretanto, é digno de nota que a necessidade de chefiar domicílios pareceu se impor mais cedo às primeiras do que às segundas, enquanto as brancas se declararam solteiras. Este comportamento mostra que as solteiras brancas chegavam ao ciclo de chefia de domicílios em idade mais recuada em relação às casadas, e podiam efetivamente constituir seus lares em idade inferior à das

⁹ Para uma discussão de tipos de domicílios e o contexto social e econômico, veja Laslett (1984, pp. 137-170). Veja também Wall (1990, pp. 59-85) e Libby (1991, pp. 1-35), que estudou a questão no contexto de proto-industrialização numa sociedade escravista.

solteiras pardas, que demoravam mais tempo. É notável a similitude da idade da viuvez, significando que fatores comuns atingiam a ambos os grupos étnicos com igual impacto. A idade das viúvas aproximou as brancas que perdiam o marido aos 46 anos, em média, às pardas que eram submetidas ao mesmo fenômeno aos 45 anos. Entretanto, práticas culturais e econômicas podem ter sido determinantes num contexto rural de regimes demográficos do tipo antigo, no qual os filhos voltavam a co-residir com as mães viúvas, e estas, quando não estavam em estado avançado de idade e/ou enfermidade, apareciam ainda como chefes de família, segundo critérios dos recenseadores, embora seus filhos tivessem papéis mais ativos na condução da economia doméstica.

A pergunta decorrente dessas observações é a seguinte: qual era o período de convivência da prole no lar em relação ao sexo e às faixas etárias? Quais foram as

estratégias de convivência elaboradas pelas famílias mono e biparentais no que diz respeito à presença da prole no lar?

A Tabela 6 é indicativa da proporção de filhos e filhas remanescentes nos domicílios das mulheres segmentadas por status marital. Os domicílios de famílias monoparentais chefiadas por viúvas apresentaram os maiores índices de participação da prole no lar. As famílias biparentais com mulheres casadas (e marido ausente) vinham em seguida, em termos proporcionais. Finalmente, os domicílios de famílias chefiadas por mulheres solteiras foram os últimos em termos proporcionais. Esse resultado é significativo do estágio do ciclo de desenvolvimento familiar, pois mostra que as viúvas tiveram mais tempo de procriar, bem como o auxílio dos maridos na condução da economia doméstica, aumentando, portanto, suas chances de possuir uma maior quantidade de filhos remanescentes. As casadas puderam

TABELA 5
Idade média das mulheres no grupo de mulheres chefes de domicílios, com filhos remanescentes, por status étnico e marital

Brancas(N=155)			Pardas(N=56)		
Casadas (N=15)	Solteiras (N=38)	Viúvas (N=100)	Casadas (N=7)	Solteiras (N=25)	Viúvas (N=24)
33	30	46	29	33	45

N= número de domicílios.

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.

TABELA 6
Proporção de domicílios que declararam filhos e filhas remanescentes de diferentes faixas etárias no grupo de mulheres chefes de domicílios, classificadas por status marital (em porcentagem)

Faixas Etárias	Casadas (N=23)		Solteiras (N=64)		Viúvas (N=125)	
	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas
Crianças	30 N=6	22 (N=5)	16 (N=10)	14 (N=9)	34 (N=43)	34 (N=42)
Adultos	22 (N=5)	0	8 (N=5)	8 (N=5)	38 (N=48)	27 (N=34)
Velhos	0	0	0	0	2 (N=1)	0

N = número de domicílios.

* A faixa etária crianças corresponde de 0 até 14 anos e meses; a de adultos está entre 15 e 44 anos e meses; a de velhos começa aos 45 anos.

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.

sustentar maiores domicílios em relação às solteiras, cuja ausência sistemática de maridos dificultava a manutenção de formas maiores de famílias.

Um dado importante a observar é que uma menor quantidade de fogos apresentou filhas, mesmo levando em consideração as três fases do ciclo de desenvolvimento familiar, o que traduzia uma característica comum a todos. As filhas eram a parte da prole mais ausente, se comparadas aos filhos.

Na Tabela 7 segmentamos o sexo da prole em faixas etárias em relação à etnia das mulheres chefes para quantificarmos o grau de convivência filial por domicílio.

O grupo das mulheres brancas apresentou uma proporção maior de domicílios com filhos adultos, não mostrando relevância a diferença na faixa etária relativa às crianças. O grupo das mulheres pardas apresentou uma maior proporção de domicílios com filhos do que filhas, tanto nas faixas etárias relativas às crianças, quanto naquelas relativas aos adultos. Este resultado pode significar a saída intensa das meninas-moças de lares mais pobres para formarem novas uniões ou trabalharem em unidades domésticas mais abastadas. O impacto diferencial agiu com maior intensidade entre as moças do que

entre as meninas no grupo das pardas. A diferença em relação à presença de mais moços do que moças praticamente duplicou neste grupo, não se verificando o mesmo grau de impacto no grupo das brancas.

Para responder de forma introdutória à questão do papel da prole nessas unidades domésticas, deve-se pensar em termos do ciclo de família, a partir de variáveis relacionadas ao sexo do chefe de domicílio, à faixa etária e ao sexo da prole, operando um recorte documental que absorva o conjunto da população, sem discriminação de ocupação e etnia. Esse procedimento justifica-se por duas razões. Primeiro, para não reduzir as amostras a tamanhos insignificantes, e segundo, para que se possa ter um panorama geral de como esta sociedade, de forma agregada, se comportava do ponto de vista da convivência filial. Para tanto, foram organizados três gráficos que informam as tendências das proporções de filhos e filhas que conviviam em lares chefiados por casais, por homens ou por mulheres (Gráficos 2, 3 e 4).¹⁰

As curvas do Gráfico 2 exprimem as proporções de filhos e filhas, segmentados por pequenas faixas etárias, que conviviam em lares chefiados por casais no ano de 1829. Este recorte específico – chefia de casal – possibilita a compreensão de

TABELA 7
Proporção de domicílios que declararam filhos e filhas remanentes de diferentes faixas etárias no grupo de mulheres chefes de domicílios, classificadas por status étnico (em porcentagem)

Faixas Etárias	Brancas (N=155)		Pardas (N=56)	
	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas
Crianças	30 (N=47)	31 (N=47)	27 (N=15)	20 (N=11)
Adultos	28 (N=44)	20 (N=32)	23 (N=13)	12 (N=7)
Velhos	0	0	0	0

N = número de domicílios.

* A faixa etária crianças corresponde de 0 até 14 anos e meses; a de adultos está entre 15 e 44 anos; a de velhos começa aos 45 anos.

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.

¹⁰ Para uma confirmação do tamanho das amostras, veja, nos anexos, as tabelas que foram construídas em associação com os gráficos.

comportamentos filiais durante as diferentes fases do ciclo de desenvolvimento familiar.

Há quatro aspectos fundamentais a partir dos quais serão analisadas as condutas das proles, vistas através das variáveis sexo e idade: (1) o movimento geral das curvas; (2) a amplitude das curvas; (3) o grau de inclinação das curvas; (4) as tendências ascendentes e descendentes das mesmas.

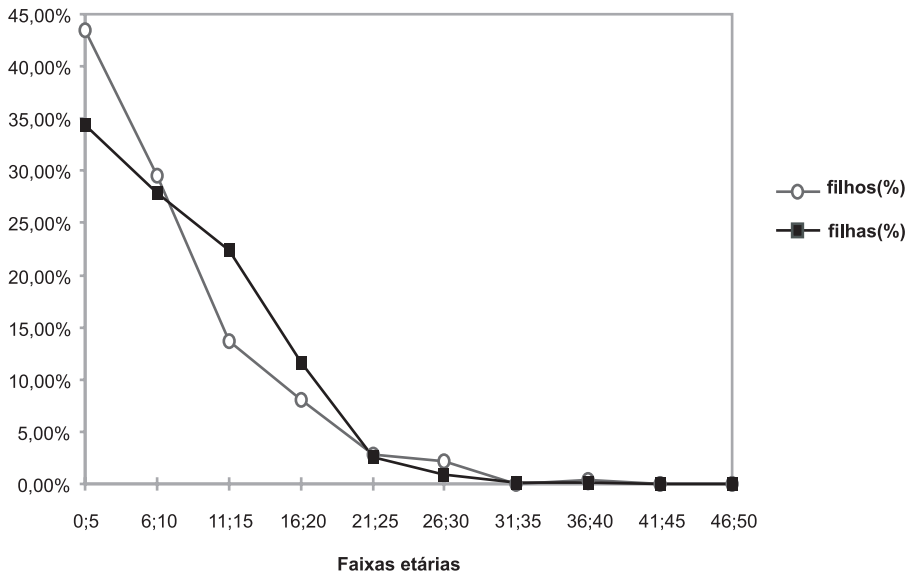
O movimento geral das curvas relativas à presença da prole masculina e feminina declina suavemente, sem grandes flutuações em zigue-zague. Este resultado reflete a saída sistemática do lar de efetivos filiais ao longo do ciclo de família.

Quando os grupos domésticos eram controlados pelo pai e a mãe conjuntamente, maiores proporções de filhos do que filhas estavam presentes no lar já na primeira fase etária.¹¹ Na segunda, meninos e meninas conviviam em semelhantes participações, porém, a partir daí, o comportamento da prole começa a se

diferenciar em direção a maiores taxas participativas de efetivos femininos, só voltando a se assemelhar por volta da quinta fase, entre os 21 e 25 anos, de ambos os efetivos. Constatou-se também que, no período da adolescência, maiores proporções de moças estavam convivendo com seus pais, relativamente aos jovens rapazes nessa mesma fase.

O pai de família, quando atingia a fase do ciclo doméstico que o colocava na condição de viúvo e a família passava pela fase monoparental, convivia mais tempo com proporções maiores de contingentes filiais femininos (Gráfico 3). Note-se que a altura geral da curva de permanência no lar das filhas é maior do que a dos filhos, exceto na primeira e segunda fases etárias. A presença de filhos e filhas cresce da primeira fase (0 a 5 anos) à segunda (6 a 10 anos). As pequenas proporções de efetivos filiais logo na primeira fase de vida traduz um comportamento no qual a ausência da mãe levava os campineiros a deixar sua prole,

GRÁFICO 2
Proporção de filhos e filhas remanescentes em domicílios chefiados por casais, 1829



¹¹ Entende-se por fases etárias as pequenas faixas que correspondem ao seguinte quadro: 1ª fase: dos 0 aos 5 anos; 2ª fase: dos 6 aos 10 anos; 3ª fase: dos 11 aos 15 anos; 4ª fase: dos 16 aos 20 anos; 5ª fase: dos 21 aos 25 anos etc.

ainda nos primeiros anos de vida, na convivência de avós e tios.¹²

É possível inferir que a maior proporção de filhas remanescentes no lar paterno quando o pai vivia a condição de viúvo tenha contribuído para trazer o genro para dentro de casa. Desse ponto de vista, a tendência dos casamentos das filhas desenharia um padrão residencial uxorilocal e o noivo circularia em direção à casa da noiva, trazendo consigo dotes constituídos por bens móveis.¹³

Vale ressaltar que 100% dos homens que chefiavam seus fogos eram viúvos. O mesmo não acontecia com as mulheres que ocupavam aquela posição, como visto anteriormente. Casadas com maridos ausentes, solteiras e viúvas desenharam o leque de possibilidades das vivências

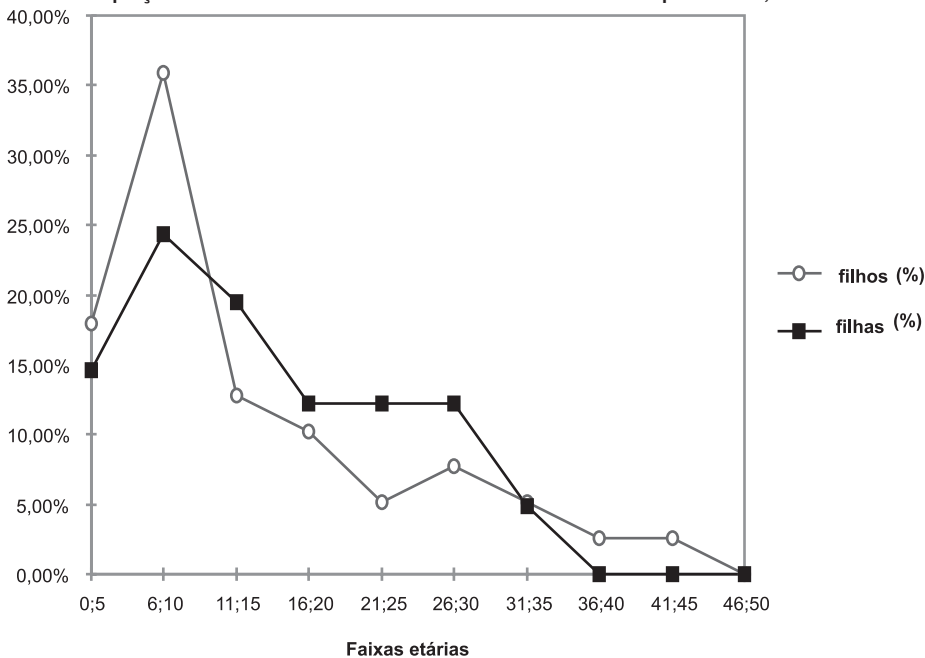
femininas como titulares de fogos, apontando uma maior versatilidade e tornando ainda mais complexa a experiência das mulheres naquele mundo agrário e hostil.

Um padrão de comportamento invertido se desenrolou nos lares chefiados por mulheres, como pode ser visto no Gráfico 4.

Os efetivos femininos iniciaram seu ciclo de vida participando mais do que os meninos da convivência com a mãe, aumentando progressivamente suas taxas participativas até a terceira fase etária. A partir daí, percebe-se um declínio, quando então os meninos, vivendo sua puberdade, conviviam e dividiam mais intensa e proporcionalmente a vida no lar materno.

Alguns aspectos fundamentais foram percebidos a partir da comparação das curvas comportamentais presentes nos

GRÁFICO 3
Proporções de filhos e filhas remanescentes em domicílios chefiados por homens, 1829



¹² Faria (1994, p. 88) afirma que “quando viúvos, era comum os homens deixarem filhos pequenos com avós, parentes e compadres”.

¹³ A quantificação proporcional da prole remanescente e da saída de contingentes filiais apenas fornece indicadores de possíveis tendências populacionais gerais e agregadas, não sendo possível determinar com que idade exata deixava-se a casa do pai, nem quantos filhos estavam vivendo separados dele. Para uma análise sobre práticas de herança e residência entre pequenos agricultores veja Costa (1997, pp. 163-212).

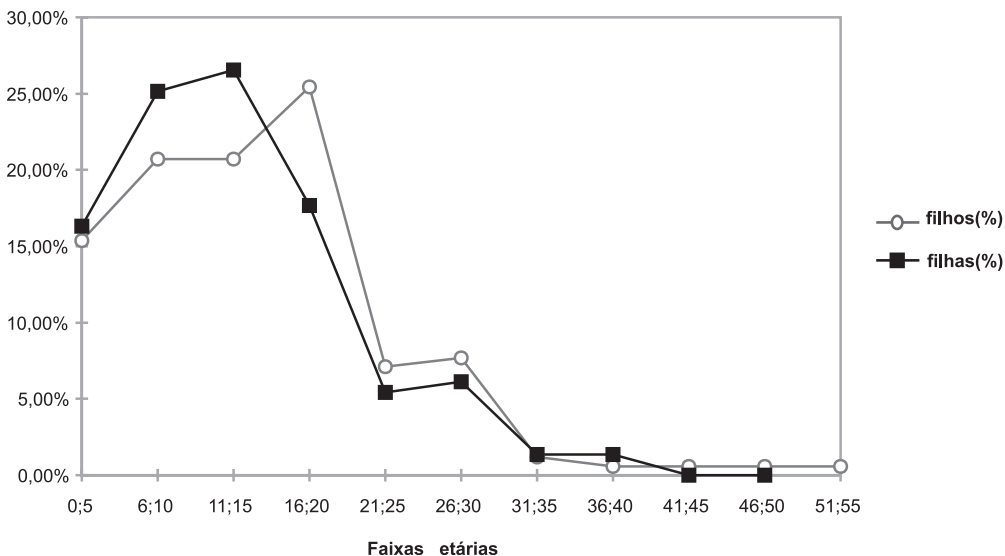
gráficos acima explorados. Com o cruzamento dos dados do Gráfico 4 com os da Tabela 7, referente às proporções de domicílios que declararam filhos e filhas remanescentes, de diferentes faixas etárias, no grupo de mulheres classificadas por *status* marital, observou-se padrões comportamentais divergentes.

As mulheres campineiras, de modo genérico, quando chefiaram seus domicílios, tinham sob sua tutela direta mais garotas do que garotos na fase infantil do ciclo de vida da prole; essa tendência comportamental invertia-se a partir da puberdade, quando os efetivos masculinos começavam a crescer e os femininos, a diminuir.

Todavia, a amostra de mulheres na mesma posição, quando segmentada por *status* marital, apresentou uma conduta diferenciada das casadas e solteiras em relação às viúvas (veja a Tabela 6). As do

primeiro grupo retiveram logo cedo, no ciclo da família, maiores proporções de garotos do que garotas. Na fase etária seguinte da prole, ou seja, durante a adolescência, estas mulheres conviveram com a saída dos efetivos femininos mais cedo do que as viúvas. Sendo assim, é lícito concluir que as mulheres que ocupavam sozinhas a posição de chefes de domicílios decidiam, desde cedo, sobre a permanência de mais garotos e rapazes em seus lares, de modo a compensar a ausência sistemática ou temporária de seus maridos e companheiros. Segue daí que é igualmente legítimo concluir que, tão logo os rapazes atingissem a idade de emancipação legal, ou se casassem antes desta data, tenderiam a se tornar os chefes dos referidos fogos. Realizar-se-ia, então, um padrão virilocal de residência, induzindo as moças a circularem com seus dotes compostos por bens móveis.¹⁴

GRÁFICO 4
Proporção de filhos e filhas remanescentes em domicílios chefiados por mulheres, 1829



¹⁴ Para uma análise das práticas de herança e residência entre pequenos agricultores veja Costa (1997, pp. 163-212).

O ciclo de desenvolvimento familiar saía das configurações mais simplificadas em direção às formas mais complexas. E, se as moças trouxessem parentes, pai e mãe viúvos consigo, realizar-se-iam as formas de domicílios com arranjos múltiplos. Assim, os ciclos familiares se repetiriam sucessivamente consoante os padrões específicos de reprodução social dos grupos ocupacionais.

Composição geral dos domicílios

Para compreendermos melhor esse fenômeno serão traçadas, a seguir, as características da organização ocupacional e da composição econômica desses lares. Nas três próximas tabelas serão segmentadas as populações agregada e escrava que lá residiam, como também será feita uma análise da situação por setores econômicos.

A diferença marcante evidenciada na Tabela 8 revelou-se na segmentação da amostra por *status* étnico. A presença de membros agregados aos domicílios não foi homogênea quando controlada a variável *status* matrimonial, denunciando uma diferença significativa nesta forma de coorte populacional. Nos lares de mulheres brancas, entretanto, a cifra indicativa da

presença de agregados quase duplicou em relação aos lares das pardas. A tendência destas ao isolamento evidencia um maior grau de pobreza, pois não só o tamanho como também a composição das unidades domésticas que apresentassem maior complexidade, nesta sociedade, constituíam, em geral (mas nem sempre), traços característicos de riqueza.

Do ponto de vista do ciclo de vida da família, os domicílios de famílias biparentais (casadas) e monoparentais (solteiras) não apresentaram diferenças. Este fenômeno traduz a importância que tinham os agregados na composição dos fogos quando a chefia estava nas mãos de mulheres ainda na fase inicial do ciclo de constituição da família. Na fase monoparental em que as viúvas eram as titulares do lar, a proporção cai para quase dois terços em relação às famílias cuja chefia estava nas mãos das casadas ou solteiras. Como se vê na Tabela 8, esta ausência de agregados era compensada pela maior presença de filhos no lar.

Quando usamos método semelhante para identificar a proporção de lares que declararam a presença de escravos (Tabela 9), observamos que apenas 2% deles eram dirigidos por pardas, contrastando com os 55% dos lares das brancas.

TABELA 8
Proporção de domicílios que declararam agregados no grupo de mulheres chefes de domicílios, por *status* marital e étnico (em porcentagem)

Casadas (N=23)	Solteiras (N=64)	Viúvas (N=155)	Brancas (N=155)	Pardas (N=56)
30 (N=7)	30 (N=19)	19 (N=30)	30 (N=46)	18 (N=10)

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.
N= número de domicílios.

TABELA 9
Proporção de domicílios que declararam escravos no grupo de mulheres chefes de domicílios, por *status* marital e étnico (em porcentagem)

Casadas (N=23)	Solteiras (N=64)	Viúvas (N=125)	Brancas (N=155)	Pardas (N=56)
91 (N=21)	8 (N=5)	61 (N=77)	55 (N=86)	2 (N=1)

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.
N= número de domicílios.

Ao repartimos a amostra por *status* matrimonial, notamos que o grupo que, proporcionalmente, declarou um maior número de escravos foi o das casadas (91%), vindo em seguida o das viúvas e, por último, o das solteiras. Quando escrutinamos os indivíduos escravos que estavam nestes lares, constatamos que mais de 95% deles estavam distribuídos entre as viúvas, e entre estas, apenas sete senhoras de engenho detinham 73% do total da população cativa.

Conseguir entrar no estágio de casada do ciclo familiar significava maiores chances de ser senhora de escravos. Este resultado reflete a possibilidade de adquirir dotes em ocasiões anteriores ou durante os casamentos, ou ainda quando do falecimento de um dos pais do casal, possibilitando, assim, o recebimento de heranças. As

solteiras foram as que menos declararam escravos depois das pardas. Este dado traduz, efetivamente, a importância dos casamentos para a economia doméstica numa sociedade em que se praticava a transmissão de bens via dote.

Na Tabela 10 segmentamos os domicílios chefiados por mulheres por setores econômicos.¹⁵ Será feita uma análise setorial da economia para apreender-se possíveis transformações nas organizações produtivas em comparação com outras localidades.

Se somados os setores secundário e terciário, pode-se observar que uma proporção significativa, sempre superior a 50%, destes domicílios estava associada às atividades resultantes da maior diversificação da estrutura social e econômica e

TABELA 10
Distribuição proporcional, por setores econômicos, dos domicílios chefiados por mulheres, classificadas por status marital e étnico (em porcentagem)

Setores Econômicos	Casadas (N=23)	Solteiras (N=64)	Viúvas (N=125)	Branças (N=155)	Pardas (N=56)
Primário	13 (N=3)	11 (N=7)	27 (N=34)	21 (N=32)	20 (N=11)
Secundário	56 (N=13)	44 (N=28)	22 (N=27)	33 (N=51)	30 (N=17)
Terciário	26 (N=6)	36 (N=23)	31 (N=39)	31 (N=48)	32 (N=18)
Indigentes	-	8 (N=5)	8 (N=9)	7 (N=11)	12 (N=7)
Indefinida	4 (N=1)	1 (N=1)	11 (N=14)	8 (N=13)	5 (N=3)

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.
N = número de domicílios.

¹⁵ Os critérios seguiram aqueles definidos por Costa (1997, pp. 60-84). Veja também uma interessante proposta de classificação para a economia brasileira colonial em Costa & Nozoe (1987, pp. 69-87). Muito embora os autores tenham sugerido que o indivíduo que declarava que "vivía de suas agências" deveria ser incluído na categoria indefinida, optou-se, neste artigo, por inseri-lo no setor terciário. Priore (s/d., p. 27) sugere a indicação de possível prostituição associada "às atividades como costura, lavagem de roupas, venda de alimentos em tabuleiros, venda de mercadorias a retalho e prestação de pequenos serviços". Silva Dias (1984, p. 89) interpretou esta situação como mulheres que "estavam, de um modo ou de outro, relacionadas com o comércio local através das vendas de quitandas pelas ruas, ou de operações intermediárias, na distribuição de gêneros alimentícios". Veja também o estudo sobre ocupações coordenado por Marcelo Magalhães Godoy, *Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial*, publicado pelo Cedeplar/UFMG. Este projeto faz parte de outra pesquisa intitulada História demográfica e econômica de Minas Gerais no século XIX, coordenada por Clotilde Paiva.

da divisão regional do trabalho. Esses dados confirmam, em parte, um estudo anterior que interpretou esse fenômeno como “continuidade do modo de produção doméstico em direção à expansão das exportações, no século XIX, que resultou numa economia baseada numa produção mercantil de larga escala” (Kuznesof, 1980). Tal mudança no modo de produzir teria aberto novas frentes de emprego para os homens que migravam, provocando com isso rupturas das unidades domésticas, pressionando as mulheres a migrarem em direção às áreas mais urbanas, onde teriam melhores oportunidades de emprego.

Contudo, os dados apresentados neste trabalho mostram que estas mulheres não emigraram em direção às áreas urbanas, e que, por outro lado, imigraram para a região rural de Campinas e ali residiram e criaram seus filhos.

Silva Dias (1984) calculou que na cidade de São Paulo, em 1836, uma parcela maior – 58% dos domicílios de mulheres – estava ligada às atividades do setor terciário, enquanto uma parcela menor – 33% – estava ligada ao setor secundário; uma parcela menor ainda, de 8%, encontrava-se no setor primário. A autora mostrou também que uma maior concentração de escravos estava no setor terciário, com 65%, vindo logo depois o setor secundário, com 18%, e finalmente o setor primário, com 15%. E concluiu: “[...] havia menos escravos nas casas de costureiras e mulheres dedicadas ao artesanato doméstico, [e estes] tendiam a concentrar-se nas atividades mais rendosas e lucrativas, podendo tomar-se a sua presença como índice seguro dos setores mais prósperos da economia urbana [...]” (*idem*, p. 97).

Ramos (1990) constatou, em relação a várias localidades, que o domicílio de mulheres solteiras era menor, em número de pessoas, que o das mulheres casadas, o que não se devia apenas ao fato de contarem com um reduzido número de escravos, mas também ao declínio de sua condição social e econômica.

Considerações finais

A investigação de Ramos (1990) sobre as uniões consensuais em Minas Gerais no século XIX levou-o a comparar unidades domésticas chefiadas por mulheres casadas e solteiras. O pesquisador examinou diversas comunidades, chegando à conclusão de que esse tipo de domicílio era comum numa extensão variada de contextos econômicos, exceto em áreas de expansão, onde os índices diminuam:

O que emerge desses resultados é um padrão de domicílios chefiados por mulheres que continham um grande número de outras mulheres livres. É significativo o fato de que esta reação social é comum a ambos os ambientes, urbano e rural, e à economia em diferentes estágios. Isto sugere que, ao contrário de uma reação às mudanças de condições econômicas, essa tendência de comportamento de mulheres era uma característica da sociedade. (*idem*, p. 395).

Ao examinar as raízes mineiras na região do Minho, em Portugal, o mesmo Ramos (1993, pp. 639-662) conclui:

Em Minas Gerais, como no noroeste de Portugal, as mulheres formavam a base funcional para a sociedade. Elas chefiavam seus domicílios fora do matrimônio, ganhavam suas vidas o melhor que podiam para tocar seus lares e, freqüentemente, tinham filhos. A predominância demográfica da mulher era talvez o mais importante aspecto notável no novo ambiente socioeconômico. Todas as classes e raças estavam sujeitas ao mesmo processo demográfico e respondiam semelhantemente, muito embora, não exatamente da mesma maneira.

Brettell & Metcalf (1993) traçaram paralelos entre duas paróquias, uma em Lanheses, no nordeste de Portugal, no ano de 1850, e a outra na província de São Paulo, Santana do Parnaíba, em 1820. Em ambas foi observada a predominância da

emigração masculina de domicílios nucleares, diferindo as paróquias quanto a uma maior presença dos complexos na primeira e dos solitários na segunda. Foram observados, também, índices mais baixos de ilegitimidade na primeira paróquia, relativamente à segunda. As autoras concluem que as famílias “transplantaram a cultura do lavrador do norte de Portugal e ao mesmo tempo recriaram especificidades na família brasileira” (*idem*, pp. 365-388).

As evidências mostradas pelos dados de Campinas indicam que as mulheres chefes de domicílios se concentraram no setor secundário, em contraste com São Paulo, revelando mudanças nos arranjos familiares quando se leva em consideração o ciclo de vida. Uma proporção significativa das casadas e solteiras optou pelo setor secundário, no qual podiam se adaptar mais facilmente, desenvolvendo atividades como costureiras, fiandeiras e tecelãs.

Ao escrutinar-se as ocupações femininas que mais cresceram, observa-se que em 1798 havia uma costureira e nenhuma mulher “vivía de suas agências ou negócios”. Já em 1829 havia 58 costureiras e 45 “viviam de suas agências ou de seus negócios”. Estes dados revelam, de forma comparativa, as características comerciais e de entreposto que a cidade de São Paulo desenvolvia na ocasião. Campinas, por sua vez, ainda era, neste momento, totalmente agrícola, possuindo um setor comercial restrito aos tropeiros que transportavam bens agrícolas para o porto de Santos e alguns armazéns de secos e molhados.

Tais evidências demonstram um processo em curso de complexificação da estrutura ocupacional da população, sendo o setor terciário aquele que mais se expandiu entre os anos de 1798 e 1829, desde a época em que a região não passava de uma área produtora de roças e se transformava em produtora de grandes volumes de açúcar para exportação. Quando se confronta esses dados com os da vila de São Paulo, percebe-se que havia ali o predomínio das atividades terciárias no grupo de mulheres chefes. Não obstante este setor tenha sido aquele que mais cresceu em Campinas (mais de oito vezes,

entre 1798 e 1829), foi o setor secundário que, do ponto de vista proporcional, deu o maior suporte, estimulou e atraiu a presença destas mulheres na referida posição de chefes. Kuznesof (1980), ao estudar a vila de São Paulo, enfatizou a pressão exercida sobre estas mulheres que migrariam em direção aos centros urbanos. Contudo, os dados aqui apresentados mostram que estas não emigraram em direção às áreas urbanas, e que, por outro lado, imigraram para a região rural de Campinas.

A segmentação por grupos étnicos não mostrou um impacto significativo. O processo de diversificação ocupacional associado às mudanças estruturais atingiu os grupos étnicos das brancas e das pardas com impacto semelhante, pelo menos do ponto de vista agregativo. É digno de nota que, entre todas as viúvas, dos três setores, aquele que mais concentrou fogos foi o terciário. Isto pode significar que, num estágio do ciclo de vida familiar, as viúvas puderam acumular um pecúlio tal que as colocou numa atividade menos desgastante e de relativa lucratividade. E, no grupo das casadas e solteiras, o predomínio foi do setor secundário.

O ambiente urbano favorecia a concentração da presença da prole feminina nos domicílios, enquanto o ambiente rural favorecia a concentração da presença da prole masculina. Enquanto, no primeiro, as mulheres podiam desenvolver atividades do setor secundário auxiliadas por outras mulheres, no segundo, quando se constituíam em tecelãs, fiandeiras e costureiras, tinham um mercado mais restrito para seus negócios e necessitavam também da mão-de-obra masculina para as atividades agrícolas de subsistência.

Resta uma pergunta para ser respondida: se este fenômeno não pode ser reduzido a “uma reação às mudanças de condições econômicas, [sendo] esta tendência de comportamento de mulheres uma característica da sociedade”, como diz Ramos (1990), ou, ainda, a “uma transposição da cultura do lavrador do norte de Portugal, associada a uma recriação de especificidades”, como querem Brettell & Metcalf (1993), por que, então, tal fenômeno se

manifesta em algumas situações específicas e não em outras?

Muito embora a variante que se sobressaiu para explicar este fenômeno tenha sido a social, para os casos estudados por Ramos (1990 e 1993) e Brettell & Metcalf (1993), em relação ao Brasil e a Portugal, dados da presente pesquisa

mostraram que o fenômeno emergiu em situação na qual a variante econômica afluía ao apresentar mudanças na organização produtiva (formação de *plantations*), com um conseqüente impacto em uma parte significativa dos arranjos domiciliares, que passaram a se organizar com mulheres em posição de liderança.

Referências bibliográficas

ANTONIL, A.J. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1967.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

ARROM, S. *Women of Mexico City*. Stanford, Stanford University Press, 1985.

BASSANEZI, M.S.C.B. "Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro". *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, ABEP, 1994, pp. 398-418.

BERKNER, L. "The stem family and the development cycle of the peasant household". *American Historical Review*, vol. 77, n. 2, 1972, pp. 398-418.

BLUTEAU, R. *Dicionário Português & Latino*. Coimbra, Real Colégio das Artes da Cia. de Jesus, vol. 4, 1712-1721.

BRETTELL, C.B. & METCALF, A.C. "Family customs in Portugal and Brazil: transatlantic parallels". *Continuity and Change*, vol. 8, n. 3, 1993, pp. 365-388.

BURGUIÈRE, A. "The formation of the couple". *Journal of Family History*, vol. 12, ns. 1-3, 1987, pp. 39-53.

CAMPOS, A.L.A.C. *O casamento e a família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1986.

CHANTAL, S. *A vida cotidiana em Portugal ao tempo do terremoto*. Lisboa, s/d.

CORREA, M. "Repensando a família patriarcal (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)". In: Arantes et al., *Colcha de retalhos*, 3ª ed., Campinas, Ed. da Unicamp, 1994, pp. 15-42.

COSTA, D.I.P. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população. Campinas, São Paulo, 1765-1850*. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 1997.

COSTA, Iracy Del Nero. "A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 19, 1977, pp. 17-34.

_____. *As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica*. São Paulo, FEA-USP, 1978 (Série História Econômica, 2).

COSTA, I.D.N. & LUNA, F.V. "Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato". *Museu Paulista*, São Paulo, USP, vol. 31, 1982, pp. 221-233.

COSTA, I.D.N. & NOZOE, N.H. "Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores". *Estudos Econômicos*, vol. 17, n. 1, 1987, pp. 69-87.

DIAZ, A. & STEWART, J. "Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, 1835". *Journal of Family History*, vol. 16, n. 3, 1991, pp. 299-313.

EISENBERG, P.L. "Açúcar e mudança social no Brasil: Campinas, São Paulo, 1767-1830". In: *Homens esquecidos*, Campinas, Unicamp, 1989.

FARIA, S. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 1994.

FLANDRIN, J.L. *Familles: parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris, Seuil, 1984.

FREITAS, José Luís de. Família e domicílio: uma proposta de categorização. Mimeo., inédito, s/l., s/d.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 17ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

GOLDANI, A.M. "As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação". *Cadernos Pagu*, n. 1, 1993, pp. 67-110.

GOLDSCHMIDT, E. *Os casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1987.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 15ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

JOHNSON, A.H. "The impact of market agriculture on family and household structure in nineteenth century Chile". *Hispanic American Historical Review*, vol. 58, n. 4, 1978, pp. 625-648.

KUZNESOF, E. "The role of the female-headed household in Brazilian modernization: 1765-1836". *Journal of Social History*, vol. 13, n. 4, 1980, pp. 589-612.

LASLETT, P. "Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre as áreas da Europa Ocidental". In: M.L. Marcílio (org.), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 137-170.

LEGARÉ, J. & LANDRY, Y. "The life course of seventeenth-century immigrants to Canada". *Journal of Family History*, vol. 12, ns. 1-3, 1987, pp. 201-212.

LIBBY, D.C. "Proto-industrialization in a slave society: the case of Minas Gerais". *Journal of Latin American Studies*, vol. 23, 1991, pp. 1-35.

LONDONO, F.T. *Público e escandaloso: Igreja e concubinato no antigo Bispado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1992.

LOPES, E.C. *O reverso do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população*. São Paulo, Pioneira, 1974.

_____. "A Demografia Histórica brasileira neste final de milênio". *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, ns. 1-2, 1997, pp. 125-143.

MELLO E SOUZA, A. Candido. "The Brazilian family". In: L. Smith (ed.), *Portrait of half a continent*, Nova York, 1951.

MOTT, L.R.B. "Estrutura demográfica das fazendas de gado no Piauí colonial: um caso de povoamento rural centrífugo". *Ciência e Cultura*, vol. 30, n. 10, 1978, pp. 1.196-1.210.

MOTTA, José Flávio & COSTA, Iraci Del Nero. "Demografia Histórica: da sementeira à colheita". *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, ns. 1-2, 1997, pp. 151-157.

PRIORE, M.D. *A mulher na história do Brasil*. S/l., s/d.

RAMOS, D. "Marriage and family in colonial Vila Rica". *Hispanic American Historical Review*, vol. 55, n. 2, 1975, pp. 200-225.

_____. "União consensual e a família no século XIX: Minas Gerais, Brasil". *Estudos Econômicos*, vol. 20, n. 3, 1990, pp. 381-405.

_____. "Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838". *Journal of Family History*, vol. 16, n. 3, 1991, pp. 261-282.

_____. "From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family". *Hispanic American Historical Review*, vol. 73, n. 4, 1993, pp. 639-662.

SAMARA, E.M. "Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX". *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, s/d., pp. 17-25.

_____. "Tendências atuais da história da família no Brasil". In: Almeida *et al.*, *Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, pp. 25-36.

_____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

SAMARA, E.M. & COSTA, D.I.P. "Family, patriarchy and social change in Brazil". *Latin American Research Review*, vol. 32, n. 1, 1997, pp. 212-225.

SILVA DIAS, M.O. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SILVA, M.B.N. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, Edusp, 1984.

VENÂNCIO, R.P. *Ilegitimidade e concubinato no Brasil colonial: Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1988.

VILLALTA, L.C. *A torpeza diversificada dos vícios: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1993.

WALL, R. "A saída do lar e o processo de formação dos domicílios na Inglaterra pré-industrial". *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 20, n. 1, 1990, pp. 59-85.

ZENHA, C. "Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça". In: R. Vainfas (org.), *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, s/d., pp. 125-141.

Anexos

TABELA I
Proporção de filhos e filhas remanescentes em domicílios chefiados por casais, 1829

Faixas Etárias	filhos (N)	filhos (%)	filhas (N)	filhas (%)	Total (N)
0;5	244	43,42%	205	34,45%	449
6;10	166	29,54%	166	27,90%	332
11;15	77	13,70%	133	22,35%	210
16;20	45	8,01%	69	11,60%	114
21;25	16	2,85%	15	2,52%	31
26;30	12	2,14%	5	0,84%	17
31;35	0	0,00%	1	0,17%	1
36;40	2	0,36%	1	0,17%	3
41;45	0	0,00%	0	0,00%	0
46;50	0	0,00%	0	0,00%	0
Totais	562	100,00%	595	100,00%	1.158

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.

Metodologia: Foram considerados apenas os domicílios chefiados por casais.

TABELA II
Proporções de filhos e filhas remanecentes em domicílios chefiados por homens, 1829

Faixas Etárias	filhos (N)	filhos (%)	filhas (N)	filhas (%)	Total (N)
0;5	7	17,95%	6	14,63%	13
6;10	14	35,90%	10	24,39%	24
11;15	5	12,82%	8	19,51%	13
16;20	4	10,26%	5	12,20%	9
21;25	2	5,13%	5	12,20%	7
26;30	3	7,69%	5	12,20%	8
31;35	2	5,13%	2	4,88%	4
36;40	1	2,56%	0	0,00%	1
41;45	1	2,56%	0	0,00%	1
46;50	0	0,00%	0	0,00%	0
Totais	39	100,00%	41	100,00%	80

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.

Metodologia: Foram considerados apenas os domicílios chefiados por homens viúvos e solteiros.

TABELA III
Proporção de filhos e filhas remanecentes em domicílios chefiados por mulheres, 1829

Faixas Etárias	filhos (N)	filhos (%)	filhas (N)	filhas (%)	Total (N)
0;5	26	15,38%	24	16,33%	50
6;10	35	20,71%	37	25,17%	72
11;15	35	20,71%	39	26,53%	74
16;20	43	25,44%	26	17,69%	69
21;25	12	7,10%	8	5,44%	20
26;30	13	7,69%	9	6,12%	22
31;35	2	1,18%	2	1,36%	4
36;40	1	0,59%	2	1,36%	3
41;45	1	0,59%	0	0,00%	1
46;50	1	0,59%	0	0,00%	1
51;55	1	0,59%			1
Totais	169	100,00%	147	100,00%	317

Fonte: Lista de Habitantes, Campinas, 1829.

Metodologia: Foram considerados apenas os domicílios chefiados por mulheres, viúvas e solteiras.

Abstract

The aim of the article is to demonstrate that the women who have headed household owned different strategies in relation to domestic arrangements when occurred changes in economic organization and during the cycle of family development. These domestic units had differences when were headed by men or women. The article introduces the cycle of family development as a very important analytical category in order to evaluate those arrangements and presents comparative data from some others regions.